

A.I. Nº - 152846.0006/13-1
AUTUADO - CM ACESSÓRIOS FEMININOS LTDA.
AUTUANTE - MÁRCIA SOLANGE DE ARAÚJO DAMASCENO
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 06. 12. 2013

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0289-01/13

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. CONTRIBUINTE OPTANTE PELO CHAMADO “SIMPLES NACIONAL”. **a)** ANTECIPAÇÃO PARCIAL – AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO. **a.1)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O contribuinte alega simplesmente que não reconhece a Nota Fiscal, sem dizer por quê. Mantido o lançamento. **a.2)** RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. O contribuinte alega que faria jus à redução de 60%. Porém a redução de 60% a que se refere o autuado é para as aquisições de mercadorias oriundas de estabelecimentos industriais, e desde que a antecipação parcial seja paga no prazo regulamentar (RICMS/97, art. 352-A, § 4º). Requisitos não preenchidos. **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA CONVENCIONAL – AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **b.1)** RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. **b.2)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O autuado alega que aplicou o benefício da redução de 60% para pagamento da antecipação parcial. Ocorre que a redução de 60% se aplica unicamente em se tratando da chamada “antecipação parcial” (RICMS/97, art. 352-A, § 4º), e no caso em questão se trata da antecipação tributária “convencional”, ou seja, relativa a aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária (RICMS/97, arts. 352 e 353/379). Mantidos os lançamentos. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29.5.13, apura seguintes fatos:

1. falta de recolhimento de ICMS a título de antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional –, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado [*para comercialização*], sendo lançado imposto no valor de R\$ 94,00, com multa de 50%;
2. recolhimento de ICMS a título de antecipação parcial efetuado a menos, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional –, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado [*para comercialização*], sendo lançado imposto no valor de R\$ 66,80, com multa de 60%;
3. recolhimento de ICMS efetuado a menos por antecipação, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional –, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado [*enquadradas no regime de substituição tributária*], sendo lançado imposto no valor de R\$ 19.241,21, com multas de 50% e 60%;

4. falta de recolhimento de ICMS por antecipação, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional –, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado [*enquadradas no regime de substituição tributária*], sendo lançado imposto no valor de R\$ 1.373,63, com multas de 50% e 60%.

O contribuinte apresentou defesa (fls. 151/153) alegando que no tocante ao item 1º não reconhece a Nota Fiscal como emitida em nome de sua empresa, e por isso requer a anulação do lançamento.

Quanto aos itens 2º, 3º e 4º, alega que, em virtude da condição de microempresa e previsão do art. 2º, I, § 1º, da CGSN nº 4/07, c/c o art. 352-A, §§4º, 5º, 6º, do RICMS/BA, foi aplicado o benefício da redução de 60% para pagamento da antecipação parcial do ICMS dentro do prazo, e por essa razão requer a anulação do lançamento, haja vista a condição de microempresa, cujo faturamento permaneceu durante todo o período apurado abaixo de R\$ 240.000,00 anuais, ou sua improcedência, procedendo-se a novos cálculos, conforme previsão legal, se for encontrada qualquer diferença que se exija o crédito.

O autuante prestou informação (fls. 158/162) dizendo que, com relação ao item 1º, não tem fundamento a simples alegação do autuado de que não reconhece a Nota Fiscal. em face da regra do art. 143 do RPAF. Informa que a Nota Fiscal 106 foi emitida pela empresa Couro Artefatos Fashion Ltda., cópia à fl. 62, e se trata de um documento pertencente ao autuado que foi por ele entregue em decorrência da intimação às fls. 8-9, de modo que caberia ao autuado demonstrar de forma inequívoca que não realizou a aquisição.

Quanto ao item 2º, informa que se trata das Notas Fiscais 25731 e 281 [*não diz quem é o emitente*], e o benefício da redução de 60% da antecipação parcial não foi concedido tendo em vista que o CFOP indicado nos documentos é 6.102 – Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, e esta é a interpretação do art. 352-A do RICMS/97, que prevê as reduções legais para microempresa e empresa de pequeno porte. Observa que foi concedida a redução de 20% no tocante à Nota Fiscal 25731, por força do § 5º do art. 352-A, já que não se trata de aquisições oriundas de estabelecimentos industriais de produtos por eles fabricados, não se enquadrando portanto na hipótese do § 4º. Já no caso da Nota 281, não foi concedida a redução de 20% porque o autuado só fazia jus ao benefício se tivesse recolhido o imposto no prazo regulamentar.

Com relação ao item 3º, observa que a infração se refere a ICMS devido por antecipação nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, e por isso não cabe a redução de 60% alegada pelo autuado, uma vez que a previsão do art. 352-A do RICMS é só para a antecipação parcial. Observa que o autuado se equivocou ao referir-se a esta infração acrescentando a palavra “parcial”.

Aduz que o mesmo ocorreu no caso do item 4º, pois se trata de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, passíveis portanto da aplicação da MVA, não cabendo, pelas razões já expostas, a redução de 60% alegada pelo autuado, pois tal redução é apenas para o imposto devido a título de antecipação parcial.

Opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Este Auto de Infração é composto de 4 lançamentos. Os dois primeiros cuidam de falta de recolhimento e de recolhimento a menos de ICMS a título de “antecipação parcial”. Os dois últimos dizem respeito a recolhimento a menos e a de falta de recolhimento de ICMS por antecipação (antecipação convencional, relativa a mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária).

O autuado impugnou o 1º item dizendo simplesmente que não reconhece “esta nota fiscal”. Não diz por que não a reconhece. Poder-se-ia supor que a mercadoria não foi destinada a ele, haja vista que, de acordo com a cópia da Nota à fl. 62, o endereço indicado no documento não é o do estabelecimento do autuado. Ocorre que, ao prestar a informação, o fiscal declarou que o documento à fl. 62 é cópia de um documento que lhe foi entregue pelo contribuinte em decorrência da intimação às fls. 8-9. Sendo assim, não faz sentido a alegação do autuado de que não reconhece o aludido documento - a Nota Fiscal 106, emitida pela empresa Couro Artefatos Fashion Ltda. Mantenho o lançamento.

Foi impugnado também o item 2º, alegando o autuado que havia aplicado o benefício da redução de 60% para pagamento da antecipação parcial do ICMS dentro do prazo.

O art. 352-A do RICMS/97 prevê as reduções de 60% (§ 4º) e de 20% (§ 5º). A redução de 60% é para as aquisições feitas por microempresas a estabelecimentos industriais de produtos por eles fabricados. Nas demais aquisições feitas por microempresas e empresas de pequeno porte, a redução é de 20%, mas desde que o pagamento seja feito no prazo regulamentar.

Na informação, o fiscal explicou que não concedeu a redução de 60% nos casos em que o CFOP indicado na Nota Fiscal foi 6.102 – Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, e somente concedeu a redução de 20% quando o pagamento do imposto foi feito no prazo regulamentar. Está correto o critério adotado. Mantenho o lançamento.

Já no caso dos itens 3º e 4º, o autuado alega que aplicou o benefício da redução de 60% para pagamento da antecipação parcial. Ocorre que esses itens não se referem à chamada “antecipação parcial” – trata-se da antecipação tributária “convencional”, ou seja, relativa a aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária. O art. 352-A do RICMS/97 cuida unicamente da “antecipação parcial”. Mantenho os lançamentos.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão unânime, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **152846.0006/13-1**, lavrado contra **CM ACESSÓRIOS FEMININOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 20.775,64**, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 6.154,90 e de 60% sobre R\$ 14.620,74, previstas no art. 42, incisos I, “b”, 1, e II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de novembro de 2013

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR